# Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: Resultados das Ações da Conab em 2016



### Presidente da República

Michel Temer

### Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Blairo Maggi

### Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento

Francisco Marcelo Rodrigues Bezerra

#### Diretor de Gestão de Pessoas

Marcus Luis Hartmann

### Diretor de Operações e Abastecimento

Jorge Luiz Andrade da Silva

### Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

Danilo Borges dos Santos

### Diretora de Política Agrícola e Informações

Cleide Edvirges Santos Laia

### Superintendente da Agricultura Familiar

Kelma Christina Melo dos Santos Cruz

### Gerente de Acompanhamento e Controle das Ações da Agricultura Familiar

Gustavo Lund Viegas

ISSN: 2448-3710

# Compêndio de estudos Conab V.9, 2017

# Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: Resultados das Ações da Conab em 2016

DIRETORIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA E INFORMAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPORTE À AGRICULTURA FAMILIAR

Organizador: Gustavo Lund Viegas



Copyright © 2017 – Companhia Nacional de Abastecimento – Conab Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível também em: <a href="http://www.conab.gov.br">http://www.conab.gov.br</a>

**Compêndio de Estudos da Conab**: publicação da Companhia Nacional de Abastecimento cujo objetivo é promover o debate e a circulação de conhecimento nos segmentos da agropecuária, abastecimento e segurança alimentar e nutricional.

Organização: Gustavo Lund Viegas

Colaboradores da Gerência de Acompanhamento e Controle das Ações da Agricultura Familiar: Cleide Câmara Segurado, Gerciane Carvalho de Araújo e Silva, Izabel Christina da Silva Milhomem, Lúcia Helena de Moura Maeda, Margarete Clara Chagas Gomes

Editoração: Superintendência de Marketing e Comunicação – Sumac / Gerência de Eventos e Pro-

moção Institucional - Gepin

Revisão ortográfica: Débora Miziara e Arbela Lima

Projeto gráfico: Guilherme Rodrigues

Ilustração e diagramação: Marília Yamashita.

Normalização: Thelma Das Graças Fernandes Sousa – CRB-1/1843, Narda Paula Mendes – CRB-1/562

### Catalogação na publicação: Equipe da Biblioteca Josué de Castro

338.43(81)(05)

C737c Companhia Nacional de Abastecimento.

Compêndio de Estudos Conab / Companhia Nacional de Abastecimento. – v. 1 (2016- ).

- Brasília: Conab, 2016-

Irregular

Disponível também em: http://www.conab.gov.br

ISSN: 2448-3710

1. Agricultura. 2. Abastecimento. 3. Segurança alimentar. 4. Agronegócio. I. Título

Distribuição:

Companhia Nacional de Abastecimento SGAS Quadra 901 Bloco A Lote 69, Ed. Conab - 70390-010 – Brasília – DF (61) 3312-6232

http://www.conab.gov.br/supaf@conab.gov.br

### **RESUMO EXECUTIVO**

O presente trabalho apresenta em dados a completa operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) no ano de 2016. As informações perpassam todas as operações nas modalidades Compra com Doação Simultânea, Aquisição de Sementes e Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar.

O caráter anual deste trabalho possibilita a disseminação das informações sobre esta política pública permitindo o constante monitoramento por parte da sociedade.

# **SUMÁRIO**

Introdução	07
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) executado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) no ano de 2016	08
Recursos aplicados	09
Propostas de participação	12
Produtos	14
Quantidade de produtos	15
Beneficiários fornecedores	17
Categorias dos beneficiários fornecedores	19
A participação de mulheres no PAA	20
Unidades recebedoras	21
Municípios participantes das organizações fornecedoras	22
Territórios da Cidadania	24
Composição dos gastos operacionais do PAA no exercício de 2016	25
Considerações finais	26
Referências hibliográficas	27

# **INTRODUÇÃO**

O objetivo deste trabalho está na apresentação dos resultados estatísticos do Programa de Aquisição de Alimentos operacionalizado pela Conab no ano de 2016. Esses resultados servem de base para diversificados estudos e monitoramento desta política pública.

O enfoque dos itens que foram construídos para este compêndio está firmado nas modalidades Compra com Doação Simultânea, Aquisição de Sementes e Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar. A abordagem perpassa a quantidade de recursos, produtos, beneficiários fornecedores, unidades recebedoras, participação de mulheres no PAA, entre outras informações.

A motivação para a elaboração deste Compêndio está na relevância desta política que há 13 anos atua no fortalecimento da agricultura familiar e na garantia da segurança alimentar e nutricional das pessoas em vulnerabilidade nutricional.

# PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) EXECUTADO PELA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB) EM 2016

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) quando alia-se à diretriz da promoção da intersetorialidade das políticas, programas e ações governamentais e não governamentais e objetiva-se primordialmente à garantia do direito à alimentação adequada do ser humano.

O PAA foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003¹, e regulamentado pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012². No referido decreto, foram previstas finalidades como o incentivo à agricultura familiar e ao consumo de alimentos produzidos pela agricultura familiar, a promoção do acesso à alimentação às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais, a constituição de estoques públicos, bem como o fortalecimento do cooperativismo e associativismo.

A Conab, operacionaliza o PAA por meio de Termos de Execução Descentralizada (TEDs) com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) e do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA).

O total de recursos provenientes da SEAD/MDSA repassados à Conab totalizou R\$ 201.315.754,82. Esse recurso foi distribuído entre as modalidades Compra com Doação Simultânea (CDS), com R\$ 183,9 milhões; Aquisição de Sementes, com R\$ 4 milhões; Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque), com R\$ 9,5 milhões e recursos que envolvem a operacionalização do programa, com R\$ 2,7 milhões; além das despesas com impostos.

Os valores utilizados nas modalidades operacionalizadas pela Conab possibilitaram a comercialização de 88.120 toneladas de alimentos produzidos por 29.318 agricultores familiares organizados em cooperativas ou associações, que apresentaram 845 projetos.

Em 2016, os recursos provenientes do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA, para a modalidade Compra com Doação Simultânea, foram distribuídos baseados numa nova metodologia aprovada pelo Grupo Gestor do PAA (GGPAA).

Essa metodologia propôs uma distribuição geográfica dos recursos para as unidades da federação, sendo definida após estudos estatísticos com base em dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA/PNAD) e dos números de integrantes de unidades familiares detentoras de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), utilizando também o histórico de execução do Programa nas Superintendências Regionais (Suregs).

Foi priorizada a contratação de projetos exclusivamente de produtos orgânicos, projetos de povos e comunidades tradicionais³ e projetos de assentados da reforma agrária, respeitados os critérios de priorização já estabelecidos nos normativos do PAA. A seguir, serão abordados tópicos que mostram os resultados do PAA em 2016.

<sup>1-</sup> BRASIL, 2003, p. 1.

<sup>2-</sup> BRASIL, 2012, p. 3-6.

<sup>3-</sup> De acordo com o Decreto nº 6040, de o7 de fevereiro de 2007, povos e comunidades tradicionais são "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pelas tradições." (BRASIL, 2007, p. 316)

### **RECURSOS APLICADOS**

A Tabela 1 mostra a evolução dos recursos, por regiões, aplicados pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) na aquisição de produtos nos 13 anos de PAA.

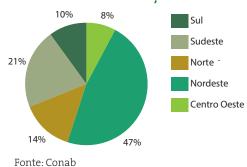
Tabela 1 – Evolução dos recursos SEAD/MDSA aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2016

Ano		Total				
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
2003	12.238.974	31.672.408	12.386.912	7.603.665	17.639.249	81.541.207
2004	3.386.094	42.307.978	28.391.528	8.903.396	24.196.831	107.185.826
2005	5.538.352	34.745.917	16.149.222	13.876.678	42.481.492	112.791.660
2006	10.045.899	54.857.717	17.812.507	32.440.707	85.510.564	200.667.394
2007	8.706.953	56.116.343	18.799.859	42.080.968	102.648.840	228.352.963
2008	9.893.516	80.838.353	15.679.112	73.486.284	93.032.175	272.929.439
2009	13.225.303	102.830.480	15.549.939	78.842.348	153.516.158	363.964.228
2010	21.400.943	121.858.906	28.348.787	79.151.714	128.975.115	379.735.466
2011	32.025.103	153.674.198	29.386.137	111.741.509	124.209.257	451.036.204
2012	43.282.942	154.904.344	36.045.217	131.776.716	220.557.912	586.567.131
2013	24.075.247	66.487.273	22.938.796	67.812.376	43.203.433	224.517.124
2014	31.155.531	79.992.989	37.860.917	128.709.065	60.286.440	338.004.942
2015	29.589.161	92.549.198	33.399.258	77.902.561	54.075.037	287.515.216
2016	17.187.827	88.470.743	27.873.958	41.313.390	22.730.799	197.576.718
TOTAL	261.751.844	1.161.306.846	340.622.150	895.641.376	1.173.063.303	3.832.385.520

Fonte: Conab

A distribuição percentual dos recursos em 2016, por região, está visualizada no Gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1 – Distribuição dos recursos do PAA por região em 2016



Conforme o Gráfico 1, as regiões Norte e Nordeste somam 61% na execução dos recursos.

Os resultados demonstram que a demanda pelo PAA é variável devido às características próprias de cada região, em termos de organização social local e do acesso à informação por parte dos beneficiários fornecedores ou de suas representações legais.

Gráfico 2 – Evolução das modalidades do PAA de 2009 a 2016 (valor em mil reais)



Fonte: Conab

A modalidade de Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar (CPR Estoque) constitui-se como apoio financeiro para a formação de estoques de alimentos por parte das organizações fornecedoras para posterior comercialização e devolução de recursos ao poder público. Desde meados de 2013, essa modalidade é gerida somente por recursos advindos da SEAD.

O Gráfico 2 aponta que, no ano de 2016, foi operacionalizado cerca de R\$ 9,6 milhões de produtos para a Formação de Estoque (FE), destacando-se o arroz (49%) e a castanha do Brasil (28%).

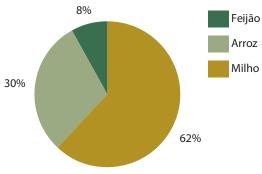
Tabela 2 – Distribuição dos recursos do PAA por modalidade de comercialização em 2016 (R\$)

NORTE         25.820.092,75         1.875.997,19         177.868,52         27.873.958,46           AC         1.178.970,90         1.499.999,54         -         2.678.970,44           AM         8.834.012,47         -         -         8.834.012,47           AP         5.484.029,06         -         -         5.484.029,06           PA         3.157.283,85         -         -         3.157.283,85           RO         3.513.796,77         375.997,65         -         3.889.794,42           RR         1.707.450,10         -         177.868,52         1.885.318,62           TO         1.944.549,60         -         -         1.944.549,60           NORDESTE         87.325.743,06         840.000,00         305.000,00         88.470.743,00           AL         13.862.386,22         -         -         13.862.386,22           BA         23.465.056,80         840.000,00         -         24.305.056,80           CE         8.663.734,86         -         -         8.663.734,86           MA         5.713.056,00         -         -         8.856.533,06           PE         8.856.533,06         -         -         8.856.533,06           PI	
AM 8.834.012,47 8.834.012,47 AP 5.484.029,06 5.484.029,06 PA 3.157.283,85 3.157.283,85 RO 3.513.796,77 375.997,65 - 3.889.794,42 RR 1.707.450,10 - 177.868,52 1.885.318,62 TO 1.944.549,60 1.944.549,60 NORDESTE 87.325.743,06 840.000,00 305.000,00 88.470.743,06 AL 13.862.386,22 13.862.386,22 BA 23.465.056,80 840.000,00 - 24.305.056,80 CE 8.663.734,86 8.663.734,86 MA 5.713.056,00 5.713.056,00 PB 12.462.648,38 12.462.648,38 PE 8.856.533,06 PI 6.457.185,35 - 305.000,00 6.762.185,35 RN 4.105.084,63 - 4.105.084,63 SE 3.740.057,76 SUDESTE 41.313.389,75 O 0 0 41.313.389,75 ES 5.361.055,71	
AP 5.484.029,06 5.484.029,06 PA 3.157.283,85 3.157.283,85 RO 3.513.796,77 375.997,65 - 3.889.794,42 RR 1.707.450,10 - 177.868,52 1.885.318,62 TO 1.944.549,60 1.944.549,60 NORDESTE 87.325.743,06 840.000,00 305.000,00 88.470.743,06 AL 13.862.386,22 13.862.386,22 BA 23.465.056,80 840.000,00 - 24.305.056,80 CE 8.663.734,86 8.663.734,86 MA 5.713.056,00 5.713.056,00 PB 12.462.648,38 12.462.648,38 PE 8.856.533,06 8.856.533,06 PI 6.457.185,35 - 305.000,00 6.762.185,35 RN 4.105.084,63 SE 3.740.057,76 SUDESTE 41.313.389,75 ES 5.361.055,71 - 5.361.055,71	
PA 3.157.283,85 RO 3.513.796,77 375.997,65 RR 1.707.450,10 RR 1.707.450,10 RO 1.944.549,60 NORDESTE 87.325.743,06 840.000,00 305.000,00 REA.470.743,06 AL 13.862.386,22 BA 23.465.056,80 840.000,00 CE 8.663.734,86 MA 5.713.056,00 PB 12.462.648,38 PE 8.856.533,06 PI 6.457.185,35 RN 4.105.084,63 SE 3.740.057,76 SUDESTE 41.313.389,75 ES 5.361.055,71  - 177.868,52 - 177.868,52 - 177.868,52 - 1.944.549,60 1.944.549,60 1.944.549,60 1.944.549,60 1.944.549,60 1.944.549,60 1.944.549,60 1.944.549,60 1.944.549,60 2.4.305.056,80 2.4.305.056,80 5.713.056,00 5.713.056,00 5.713.056,00 1.2.462.648,38 12.462.648,38 12.462.648,38 12.462.648,38 12.462.648,38 3.740.057,76 - 3.740.057,76 - 3.740.057,76 - 5.361.055,71	
RO 3.513.796,77 375.997,65 - 3.889.794,42  RR 1.707.450,10 - 177.868,52 1.885.318,62  TO 1.944.549,60 1.944.549,60  NORDESTE 87.325.743,06 840.000,00 305.000,00 88.470.743,06  AL 13.862.386,22 13.862.386,22  BA 23.465.056,80 840.000,00 - 24.305.056,80  CE 8.663.734,86 8.663.734,86  MA 5.713.056,00 5.713.056,00  PB 12.462.648,38 12.462.648,38  PE 8.856.533,06 8.856.533,06  PI 6.457.185,35 - 305.000,00 6.762.185,35  RN 4.105.084,63 - 4.105.084,63  SE 3.740.057,76  SUDESTE 41.313.389,75  ES 5.361.055,71	
RR 1.707.450,10 - 177.868,52 1.885.318,62 TO 1.944.549,60 - 1.944.549,60  NORDESTE 87.325.743,06 840.000,00 305.000,00 88.470.743,06  AL 13.862.386,22 13.862.386,22  BA 23.465.056,80 840.000,00 - 24.305.056,80  CE 8.663.734,86 8.663.734,86  MA 5.713.056,00 5.713.056,00  PB 12.462.648,38 12.462.648,38  PE 8.856.533,06 8.856.533,06  PI 6.457.185,35 - 305.000,00 6.762.185,35  RN 4.105.084,63 - 4.105.084,63  SE 3.740.057,76 - 3.740.057,76  SUDESTE 41.313.389,75 0 0 41.313.389,75  ES 5.361.055,71	
TO 1.944.549,60 - 1.944.549,60  NORDESTE 87.325.743,06 840.000,00 305.000,00 88.470.743,06  AL 13.862.386,22 13.862.386,22  BA 23.465.056,80 840.000,00 - 24.305.056,80  CE 8.663.734,86 8.663.734,86  MA 5.713.056,00 - 5.713.056,00  PB 12.462.648,38 12.462.648,38  PE 8.856.533,06 8.856.533,06  PI 6.457.185,35 - 305.000,00 6.762.185,35  RN 4.105.084,63 - 4.105.084,63  SE 3.740.057,76  SUDESTE 41.313.389,75  ES 5.361.055,71	
NORDESTE         87.325.743,06         840.000,00         305.000,00         88.470.743,06           AL         13.862.386,22         -         -         13.862.386,22           BA         23.465.056,80         840.000,00         -         24.305.056,80           CE         8.663.734,86         -         -         8.663.734,86           MA         5.713.056,00         -         -         5.713.056,00           PB         12.462.648,38         -         -         12.462.648,38           PE         8.856.533,06         -         -         8.856.533,06           PI         6.457.185,35         -         305.000,00         6.762.185,35           RN         4.105.084,63         -         -         4.105.084,63           SE         3.740.057,76         -         -         3.740.057,76           SUDESTE         41.313.389,75         0         0         41.313.389,75           ES         5.361.055,71         -         5.361.055,71	
AL 13.862.386,22 13.862.386,22 BA 23.465.056,80 840.000,00 - 24.305.056,80 CE 8.663.734,86 8.663.734,86 MA 5.713.056,00 - 5.713.056,00 PB 12.462.648,38 - 12.462.648,38 PE 8.856.533,06 8.856.533,06 PI 6.457.185,35 - 305.000,00 6.762.185,35 RN 4.105.084,63 - 4.105.084,63 SE 3.740.057,76 SUDESTE 41.313.389,75 0 0 41.313.389,75 ES 5.361.055,71	
BA 23.465.056,80 840.000,00 - 24.305.056,80 CE 8.663.734,86 8.663.734,86 MA 5.713.056,00 - 5.713.056,00 PB 12.462.648,38 - 12.462.648,38 PE 8.856.533,06 8.856.533,06 PI 6.457.185,35 - 305.000,00 6.762.185,35 RN 4.105.084,63 - 4.105.084,63 SE 3.740.057,76 - 3.740.057,76 SUDESTE 41.313.389,75 O 0 41.313.389,75 ES 5.361.055,71	
CE       8.663.734,86       -       -       8.663.734,86         MA       5.713.056,00       -       -       5.713.056,00         PB       12.462.648,38       -       -       12.462.648,38         PE       8.856.533,06       -       -       8.856.533,06         PI       6.457.185,35       -       305.000,00       6.762.185,35         RN       4.105.084,63       -       -       4.105.084,63         SE       3.740.057,76       -       -       3.740.057,76         SUDESTE       41.313.389,75       0       0       41.313.389,75         ES       5.361.055,71       -       5.361.055,71	
MA       5.713.056,00       -       -       5.713.056,00         PB       12.462.648,38       -       -       12.462.648,38         PE       8.856.533,06       -       -       8.856.533,06         PI       6.457.185,35       -       305.000,00       6.762.185,35         RN       4.105.084,63       -       -       4.105.084,63         SE       3.740.057,76       -       -       3.740.057,76         SUDESTE       41.313.389,75       0       0       41.313.389,75         ES       5.361.055,71       -       5.361.055,71	
PB 12.462.648,38 - 12.462.648,38 PE 8.856.533,06 - 8.856.533,06 PI 6.457.185,35 - 305.000,00 6.762.185,35 RN 4.105.084,63 - 4.105.084,63 SE 3.740.057,76 - 3.740.057,76 SUDESTE 41.313.389,75 0 0 41.313.389,75 ES 5.361.055,71 - 5.361.055,71	
PE       8.856.533,06       -       -       8.856.533,06         PI       6.457.185,35       -       305.000,00       6.762.185,35         RN       4.105.084,63       -       -       4.105.084,63         SE       3.740.057,76       -       -       3.740.057,76         SUDESTE       41.313.389,75       0       0       41.313.389,75         ES       5.361.055,71       -       -       5.361.055,71	
PI       6.457.185,35       -       305.000,00       6.762.185,35         RN       4.105.084,63       -       -       4.105.084,63         SE       3.740.057,76       -       -       3.740.057,76         SUDESTE       41.313.389,75       0       0       41.313.389,75         ES       5.361.055,71       -       -       5.361.055,71	
RN       4.105.084,63       -       -       4.105.084,63         SE       3.740.057,76       -       -       3.740.057,76         SUDESTE       41.313.389,75       0       0       41.313.389,75         ES       5.361.055,71       -       -       5.361.055,71	
SE       3.740.057,76       -       -       3.740.057,76         SUDESTE       41.313.389,75       0       0       41.313.389,75         ES       5.361.055,71       -       -       5.361.055,71	
SUDESTE         41.313.389,75         0         0         41.313.389,75           ES         5.361.055,71         -         -         5.361.055,71	
ES 5.361.055,71 - 5.361.055,71	
·	
MG 12.764.275,70 12.764.275,70	
RJ 1.236.845,75 - 1.236.845,75	
SP 21.951.212,59 - 21.951.212,59	
SUL 14.468.696,70 5.833.214,66 2.428.887,97 22.730.799,33	
PR 6.181.105,27 - 729.000,00 6.910.105,27	
RS 4.960.209,42 5.833.214,66 1.199.892,97 11.993.317,05	
SC 3.327.382,01 - 499.995,00 3.827.377,01	
Centro-Oeste 15.064.839,00 1.023.050,94 1.099.937,54 17.187.827,48	
DF 793.359,71 - 793.359,71	
GO 6.217.193,41 - 454.853,54 6.672.046,95	
MS 2.765.436,50 - 645.084,00 3.410.520,50	
MT 5.288.849,38 1.023.050,94 - 6.311.900,32	
Total 183.992.761,26 9.572.262,79 4.011.694,03 197.576.718,08	

Os dados do Gráfico 2 e da Tabela 2 demonstram que o melhor desempenho do PAA em 2016 está concentrado na modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS) operacionalizado com recursos do MDSA.

O êxito dessa modalidade em relação às demais deve-se ao seu desenho e às suas características, ao possibilitar a comercialização de produtos característicos da agricultura familiar, como hortaliças, frutas, doces, biscoitos caseiros, dentre outros, que são adquiridos por meio de organizações fornecedoras e entregues às unidades recebedoras<sup>4</sup>.

Gráfico 3 – Distribuição dos recursos do PAA na modalidade Aquisição de Sementes em 2016 (%)



Fonte: Conab

No ano de 2016, foram investidos R\$ 4 milhões na operacionalização da modalidade de Aquisição de Sementes, totalizando 1,1 mil toneladas de sementes provenientes da agricultura familiar localizada nos estados de Goiás, Paraná, Roraima, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo (sementes entregues no estado do Piauí).

As demandas foram feitas pelas delegacias federais da SEAD, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pelas secretarias estaduais de agricultura e as sementes adquiridas foram entregues aos assentados da reforma agrária, aos agricultores familiares e quilombolas.

<sup>4-</sup> De acordo com o artigo 2°, inciso III da Resolução nº 72, de 09 de outubro de 2015, do Grupo Gestor do PAA, considera-se unidade recebedora a organização formalmente constituída, definida nos incisos IV e V deste artigo, contemplada na proposta de participação da unidade executora, que recebe os alimentos e os fornece aos beneficiários consumidores diretamente ou, em casos específicos, por meio de entidades por ela credenciadas. Os incisos IV e V remetem à rede socioassistencial e aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e os seus detalhamentos, respectivamente (BRASIL, 2015, p. 60).

# PROPOSTAS DE PARTICIPAÇÃO

Em 2016, foram formalizadas 845 propostas de participação em todo o Brasil, sendo 825 propostas da modalidade de Compra com Doação Simultânea (CDS) e 20 da modalidade Formação de Estoque.

Conforme Tabela 3, é possível afirmar que a Região Nordeste foi a mais atuante, com 403 projetos, tendo o estado da Bahia participado com 113 projetos e Alagoas com 68.

Tabela 3 – Distribuição dos projetos do PAA formalizados por região em 2016

Região	Origem do	Nº de Projetos	
	MDSA	SEAD	
Norte	121	3	124
Nordeste	399	4	403
Sudeste	169	-	169
Sul	57	8	65
Centro-Oeste	79	5	84
Total	825	20	845

Fonte: Conab

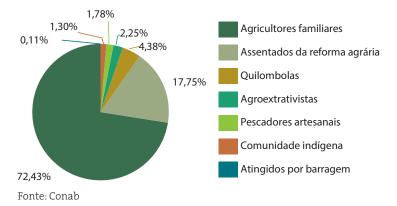
Tabela 4 – Distribuição dos projetos do PAA por categoria de beneficiários fornecedores em 2016

Região/UF			N°	de Projetos				Total
	Agricultores Familiares	Agroextrativistas	Assentados da Reforma Agrária	Atingidos por Barragem	Comunidade Indígena	Pescadores Artesanais	Quilombolas	
Norte	70	16	27	-	4	7	-	124
AC	3	1	8	-	-	1	-	13
AM	23	1	8	-	1	5	-	38
AP	7	13	6	-	-	-	-	26
PA	11	-	1	-	1	1	-	14
RO	20	1	1	-	2	-	-	24
RR	2	-	2	-	-	-	-	4
TO	4	-	1	-	-	-	-	5
Nordeste	330	2	42	1	3	6	19	403
AL	55	-	7	-	1	-	5	68
BA	101	-	7	1	2	-	2	113
CE	35	-	-	-	-	-	-	35
MA	15	2	3	-	-	1	8	29
PB	27	-	8	-	-	2	1	38
PE	19	-	1	-	-	-	-	20
PI	48	-	10	-	-	3	3	64
RN	18	-	4	-	-	-	-	22
SE	12	-	2	-	-	-	-	14
Sudeste	105		51	0	0	2	11	169
ES	24	-	3	-	-	-	4	31
MG	53	-	-	-	-	-	1	54
RJ	9	-	-	-	-	2	-	11
SP	19	-	48	-	-	-	6	73
Sul	50		13	0	0	0	2	65
PR	19	-	3	-	-	-	-	22
RS	19	-	9	-	-	-	-	28
SC	12	-	1	-	-	-	2	15
Centro-Oeste	57	1	17	0	4	0	5	84
DF	3	-	-	-	-	-	1	4
GO	19	-	3	-	-	-	-	22
MS	4	-	5	-	2	-	2	13
MT	31	1	9	-	2	-	2	45
Total	612	19	150	1	11	15	37	845
Participação (%)	72,43%	2,25%	17,75%	0,12%	1,30%	1,78%	4,38%	100,00%

A Tabela 4 demonstra detalhadamente a distribuição dos projetos por categorias de beneficiários fornecedores. Constatou-se que 72,43% dos projetos foram formalizados com organizações fornecedoras declaradas exclusivas de agricultores familiares.

No Gráfico 4 observa-se que a participação dos assentados da reforma agrária ocupa o segundo lugar entre o número de projetos do PAA no ano de 2016.

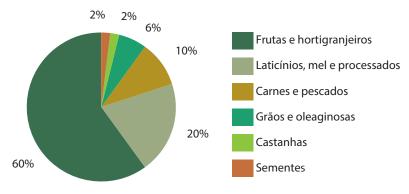
Gráfico 4 – Distribuição dos projetos por categorias de beneficiários fornecedores em 2016



#### **PRODUTOS**

Os produtos adquiridos pelo PAA são diversificados e, desde o ano de 2003, foram somados mais de 500 tipos de produtos comercializados.

Gráfico 5 – Diversidade de produtos adquiridos pelo PAA em 2016



Fonte: Conab

Observa-se no Gráfico 5 a diversidade de produtos adquiridos pelo PAA no ano de 2016. As frutas e os hortigranjeiros foram os produtos com 60% das aquisições. Laticínios, mel e processados, seguidos das carnes e pescados, alcançaram 30% do valor das aquisições. Entre os produtos adquiridos destacam-se a banana, a raiz de mandioca, o milho e a abóbora.

A maioria dos produtos são regionais e sua aquisição opera no intuito de promover e valorizar os hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional.

### **QUANTIDADES DE PRODUTOS**

Em 2016, por meio das modalidades Compra com Doação Simultânea (CDS), Aquisição de Sementes e CPR Estoque, foram operacionalizados mais de 88 mil toneladas de diversos produtos cultivados por 29.318 beneficiários fornecedores.

Tabela 5 – Quantidade (kg) de produtos adquiridos por modalidade de comercialização em 2016

Região/UF	CDS	CPR - Estoque	Sementes	Total
Norte	10.847.810	1.539.195	24.750	12.411.755
AC	402.522	1.181.102	-	1.583.624
AM	5.017.116	-	-	5.017.116
AP	2.020.365	-	-	2.020.365
PA	1.460.659	-	-	1.460.659
RO	950.558	358.093	-	1.308.651
RR	511.640	-	24.750	536.390
TO	484.950	-	-	484.950
Nordeste	31.781.912	188.720	61.000	32.031.632
AL	7.555.730	-	-	7.555.730
BA	8.635.778	188.720	-	8.824.498
CE	1.319.346	-	-	1.319.346
MA	1.475.576	-	-	1.475.576
РВ	5.003.044	-	-	5.003.044
PE	3.163.538	-	-	3.163.538
PI	1.585.986	-	61.000	1.646.986
RN	904.074	-	-	904.074
SE	2.138.840	-	-	2.138.840
Sudeste	20.179.727	0	0	20.179.727
ES	3.013.570	-	-	3.013.570
MG	6.017.232	-	-	6.017.232
RJ	474.647	-	-	474.647
SP	10.674.278	-	-	10.674.278
Sul	7.044.850	9.144.537	882.405	17.071.792
PR	3.173.625	-	145.800	3.319.425
RS	2.105.896	9.144.537	681.050	11.931.483
SC	1.765.329	-	55.555	1.820.884
Centro-Oeste	5.532.119	721.837	171.314	6.425.270
DF	284.740	-	-	284.740
GO	1.473.438	-	52.514	1.525.952
MS	1.423.848	-	118.800	1.542.648
MT	2.350.093	721.837	-	3.071.930
TOTAL	75.386.418	11.594.289	1.139.469	88.120.176

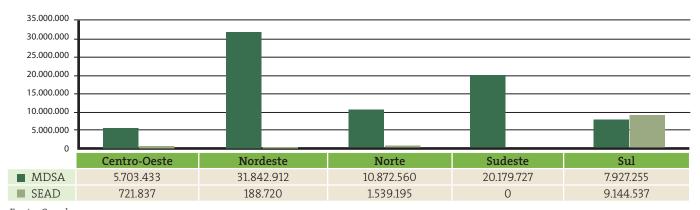
Fonte: Conab

Na tabela 5 é possível avaliar a distribuição das quantidades em quilos adquiridas por modalidades, por região e por unidades da federação. Na avaliação global das aquisições, a Região Nordeste comercializou mais de 32 mil toneladas de produtos com destaque para a modalidade CDS com 31 mil toneladas, seguida pela Região Sudeste com 20 mil toneladas.

Na modalidade Formação de Estoques, a execução foi de 11,6 mil toneladas, com destaque para a Região Sul que formalizou oito projetos com 9 mil toneladas de produtos.

Quanto à modalidade Aquisição de Sementes foi operacionalizado um total de 1,1 mil toneladas de sementes, com destaque para a Região Sul que adquiriu 882 mil quilos.

Gráfico 6 - Quantidade (kg) de produtos adquiridos por fonte de recursos, em 2016



Fonte: Conab

De acordo com o Gráfico 6, a Região Nordeste comercializou 36% da quantidade em quilos de produtos com recursos do MDSA e SEAD, ou seja, mais de 32 mil toneladas.

### BENEFICIÁRIOS FORNECEDORES

Ao longo dos anos de operações do PAA pela Conab, muitas famílias têm sido beneficiadas pela venda de seus produtos ao Governo Federal, obtendo garantia de renda e melhoria da qualidade de vida. No ano de 2016, o total de beneficiários fornecedores foi de 29.318 em todo o Brasil.

Essas famílias são categorizadas por um público diversificado, sendo considerados beneficiários fornecedores: agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) que atendam aos requisitos previstos no artigo 3° da Lei n° 11.326, de 24 de julho de 20065.

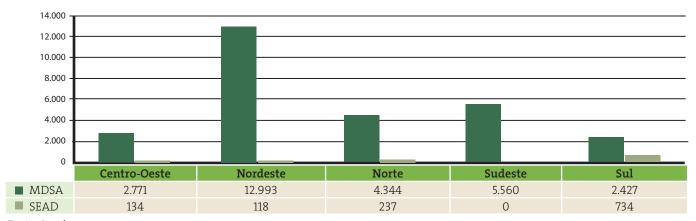
Tabela 6 – Número de beneficiários fornecedores do PAA por modalidade, em 2016

Região/UF	CDS	CPR - Estoque	Sementes	Total
Norte	4.327	237	17	4.581
AC	255	190	-	445
AM	1.649	-	-	1.649
AP	966	-	-	966
PA	407	-	-	407
RO	581	47	-	628
RR	217	-	17	234
TO	252	-	-	252
Nordeste	12.973	118	20	13.111
AL	2.212	-	-	2.212
BA	3.688	118	-	3.806
CE	1.160	-	-	1.160
MA	824	-	-	824
PB	1.574	-	-	1.574
PE	1.152	-	-	1.152
PI	1.248	-	20	1.268
RN	586	-	-	586
SE	529	-	-	529
Sudeste	5.560	0	0	5.560
ES	720	-	-	720
MG	1.754	-	-	1.754
RJ	247	-	-	247
SP	2.839	-	-	2.839
Sul	2.273	734	154	3.161
PR	838	-	46	884
RS	866	734	76	1.676
SC	569	-	32	601
Centro-Oeste	2.693	134	78	2.905
DF	107	-	-	107
GO	1.019	-	37	1.056
MS	388	-	41	429
MT	1.179	134	-	1.313
TOTAL	27.826	1.223	269	29.318

<sup>5-</sup>BRASIL, 2006, p. 1.

A Tabela 6 e Gráfico 7 demonstram que, do total de 29.318 beneficiários fornecedores, a Região Nordeste foi a que apresentou a maior participação de beneficiários fornecedores, com 13.111, tendo destaque para o estado da Bahia. Em segundo lugar está a Região Sudeste, com 5.560 beneficiários fornecedores e o estado de São Paulo é o destaque nesta participação.

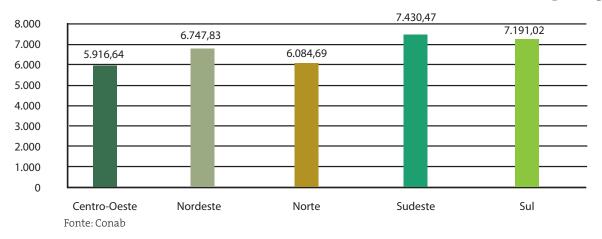
Gráfico 7 – Número de beneficiários fornecedores participantes do PAA, por fonte de recursos, em 2016



Fonte: Conab

Os acordos de cooperação com o SEAD e MDSA, ao longo dos anos, vem cumprindo a primeira finalidade estabelecida no inciso I, artigo 2º do Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012º, assim definida: "incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda."

Gráfico 8 – Renda média familiar dos beneficiários fornecedores em reais, por região (2016)



O Gráfico 8 demostra que a aquisição governamental tem proporcionado a inclusão econômica do beneficiário fornecedor, aumentando o seu poder de compra e o seu empoderamento para investir nas melhorias de sua produção e planejar suas despesas com segurança.

Em 2016, a renda média dos 29.318 beneficiários fornecedores foi de R\$ 6.739,09, o que equivale a um aumento de 341% quando comparado com o valor que era de R\$ 1.972,41 da renda média no ano de 2003.

<sup>6-</sup>BRASIL, 2012, p. 3.

### CATEGORIAS DOS BENEFICIÁRIOS FORNECEDORES

A Conab prioriza os projetos cujos beneficiários fornecedores são mulheres, comunidades indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária e demais povos e comunidades tradicionais.

Tabela 7 – Beneficiários fornecedores participantes do PAA em 2016, por categoria

Região/UF			Nº de Benef	ICIÁRIOS FORM	NECEDORES			Total
	Agricultores Familiares	Agro- extrativistas	Assentados da Reforma Agrária	ATINGIDOS POR BARRAGEM	Comunidade Indígena	Pescadores Artesanais	Quilombolas	
Norte	2.168	1.155	651	28	91	481	7	4.581
AC	133	204	97	-	-	11	-	445
AM	714	263	258	-	33	381	-	1.649
AP	259	584	121	-	-	1	1	966
PA	285	7	15	-	10	84	6	407
RO	489	80	10	-	47	2	-	628
RR	153	10	70	-	1	-	-	234
TO	135	7	80	28	-	2	-	252
Nordeste	8.794	2.207	1.347	35	118	208	402	13.111
AL	1.517	277	345	-	13	1	59	2.212
BA	2.190	1.291	106	35	105	-	79	3.806
CE	1.134			-	-	26	-	1.160
MA	514	33	64	-	-	31	182	824
PB	932	105	391	-	-	117	29	1.574
PE	962	104	66	-	-	-	20	1.152
PI	537	396	269	-	-	33	33	1.268
RN	531		55	-	-	-	-	586
SE	477	1	51	-	-	-	-	529
Sudeste	3.635	169	1.332	0	1	66	357	5.560
ES	620	6	47	-	1	-	46	720
MG	1.598	121	30	-	-	2	3	1.754
RJ	156	26	1	-	-	64	-	247
SP	1.261	16	1.254	-	-	-	308	2.839
SUL	1.580	441	1.113	0	1	0	26	3.161
PR	663	39	182	-	-	-	-	884
RS	759	84	833	-	-	-	-	1.676
SC	158	318	98	-	1	-	26	601
CENTRO-OESTE	1.880	178	504	0	196	0	147	2.905
DF	73	6	2	-	-	-	26	107
GO	905	6	145	-	-	-	-	1.056
MS	66		110	-	149	-	104	429
MT	836	166	247	-	47	-	17	1.313
TOTAL	18.057	4.150	4.947	63	407	755	939	29.318
Participação (%)	61,6	14,2	16,9	0,2	1,4	2,6	3,2	100

Fonte: Conab

A Tabela 7 demonstra o quantitativo de beneficiários fornecedores, onde 17% são assentados da reforma agrária e 7% são pescadores artesanais, quilombolas e comunidades indígenas (povos e comunidades tradicionais), representando 24% do total.

### A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NO PAA

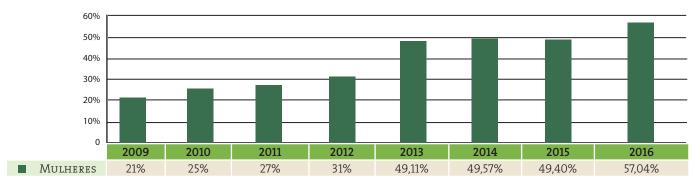
A partir do ano de 2011, para acessar o PAA, tiveram como critério de priorização na seleção e execução a participação mínima de 40% de mulheres como beneficiárias fornecedoras na modalidade CDS e 30% na modalidade CPR Estoque, de acordo com a Resolução do GGPAA nº 44, de 16 de agosto de 2011.

Observando-se o Gráfico 9, tem-se que a participação feminina nas modalidades do PAA alcançou 57 % em 2016, consolidando a valorização de sua mão de obra, o aumento da renda e a garantia de sua inserção socioeconômica.

Importante ressaltar que o fortalecimento do trabalho e renda das mulheres no campo implica também na consolidação da segurança alimentar<sup>7</sup> de suas famílias, uma vez que "são elas as principais responsáveis pela manutenção da unidade familiar, assumindo o controle pelos hábitos alimentares da família."<sup>8</sup>

Ainda segundo os autores Gomes Jr.; Andrade<sup>9</sup>, as mulheres assumem um papel importante não só no ato de cozinhar, mas na responsabilidade que possuem tanto no cultivo destinado à participação no mercado aberto a elas pelas políticas públicas, como o PAA, quanto no cultivo destinado à nutrição das suas famílias. Seus atos se inclinam para uma relevância marcante também na construção da soberania alimentar<sup>10</sup> em nosso país.

Gráfico 9 - Participação das mulheres no PAA de 2009 a 2016



<sup>7-</sup> No artigo 3º da Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006, a segurança alimentar e nutricional consiste "na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base as práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis." (BRASIL, 2006, p. 1)

<sup>8-</sup> GOMES JR.; ANDRADE, 2013, p. 398.

<sup>9-</sup> Ibid., p. 399.

<sup>10-</sup> Segundo Gomes Jr.; Andrade (2013, p. 393), a soberania alimentar "trata a perspectiva do direito de populações – principalmente daquelas que tiram da relação com a terra o seu sustento – assegurarem o seu consumo com base na sua produção. Soberania alimentar torna-se um conceito elementar para articular a luta dos povos em defesa da alimentação como um bem e um valor cultural em oposição ao seu valor como mercadoria para atender aos interesses do mercado externo. Nesse contexto é que as mulheres trabalhadoras do campo exerceriam um papel decisivo, uma vez que toca a elas, principalmente, a provisão da casa e as lides associadas à produção diversificada dos alimentos que vão à mesa da família."

#### UNIDADES RECEBEDORAS

O PAA, por meio das organizações fornecedoras, entregou alimentos a 2.619 unidades recebedoras, que realizaram 9.306.019 atendimentos a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sendo-lhes garantido o direito ao consumo saudável dos alimentos oriundos da agricultura familiar.

Conforme dados da Tabela 8, destaca-se que do total de atendimentos, 49% dos beneficiários consumidores estão na Região Nordeste.

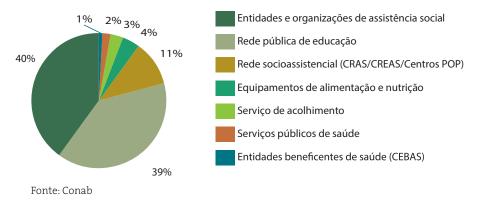
Tabela 8 – Número de unidades recebedoras e de atendimentos, por região, em 2016

Região	Número de Unidades Recebedoras	Número de Atendimentos
Norte	510	1.647.204
Nordeste	992	4.535.644
Sudeste	296	1.676.308
Sul	222	708.840
CENTRO-OESTE	599	738.023
Total	2.619	9.306.019

Fonte: Conab

Ao analisar o Gráfico 10, observa-se a preponderância no abastecimento de entidades e organizações de assistência social e redes públicas de educação, que juntas somam, aproximadamente, 79% em participação no programa. Já as unidades recebedoras enquadradas como serviço de acolhimento, serviços públicos de saúde e equipamentos de alimentação e nutrição, juntas, representam aproximadamente 9% em participação.

Gráfico 10 – Unidades recebedoras atendidas pelo PAA em 2016



# MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DAS ORGANIZAÇÕES FORNECEDORAS

Desde sua implantação e crescente divulgação, o PAA proporcionou um aumento das demandas por suas ações por parte das organizações fornecedoras. Com isso, vários municípios onde estão situadas essas organizações tornaram-se participantes do programa visualizando em seu território o aumento de renda dos produtores familiares, da produção agrícola e melhoria na alimentação de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

De 2003 a 2016, o PAA executado pela Conab esteve presente em mais de 2.700 municípios, devido à enorme capilaridade da Companhia, ao empenho na divulgação do programa e ao aumento na confiança depositada na Conab pelas organizações fornecedoras com o passar dos anos.

Em 2016, participaram 476 municípios das organizações fornecedoras visualizados na Tabela 9.

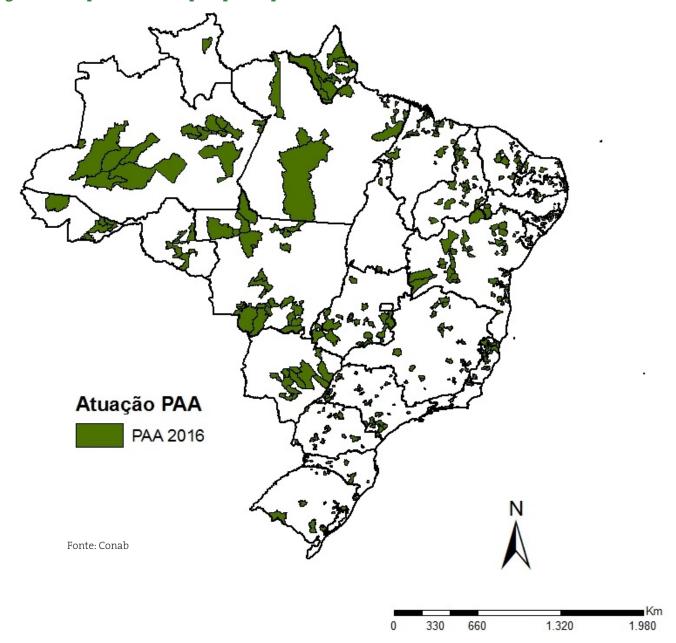
Tabela 9 – Número de municípios participantes do PAA por unidades da federação/regiões em 2016 – município da organização fornecedora

REGIÃO/UF	Nº Total de Municípios*	№ de Municípios PAA	% Municípios Participantes
Norte	450	58	13
AC	22	6	27
AM	62	16	26
AP	16	11	69
PA	144	10	7
RO	52	9	17
RR	15	1	7
TO	139	5	4
Nordeste	1.794	216	12
AL	102	28	27
BA	417	57	14
CE	184	16	9
MA	217	21	10
PB	223	24	11
PE	185	12	6
PI	224	30	13
RN	167	17	10
SE	75	11	15
Sudeste	1.668	88	5
ES	78	19	24
MG	853	25	3
RJ	92	6	7
SP	645	38	6
Sul	1.191	51	4
PR	399	21	5
RS	497	17	3
SC	295	13	4
CENTRO-OESTE	467	63	13
DF	1	0	0
GO **	246	23	9
MS	79	12	15
MT	141	28	20
Total	5.570	476	9

Legenda: \*Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (29/11/2010)

\*\*GO – 21 municípios, mais dois operacionalizados pela Sureg DF

Figura 1 – Mapa dos municípios participantes do PAA em 2016



### TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

O Governo Federal lançou, em 2008, o Programa Territórios da Cidadania, que tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

Ao todo, são 123 os territórios definidos pelo Governo Federal. O PAA, operacionalizado pela Conab, tem sido fundamental para a consolidação dos objetivos dessa estratégia.

Em 2016, do total dos territórios definidos, 83 participaram do PAA, o que equivale a 49%. Do total de recursos executados no PAA, R\$ 98 milhões foram destinados ao Programa Territórios da Cidadania.

Na Tabela 10, podemos destacar que na Região Nordeste a Conab operacionalizou o PAA em 46 Territórios da Cidadania.

Tabela 10 – Número de Territórios da Cidadania atendidos pelo PAA por regiões e recursos investidos em 2016

Região	Nº de Territórios da Cidadania	Nº de Territórios com PAA	Recursos (R\$)
Norte	27	16	18.567.572,41
Nordeste	57	46	52.867.234,17
Sudeste	16	8	17.753.801,71
Sul	10	6	3.346.845,37
Centro-Oeste	13	7	5.702.096,88
TOTAL	123	83	98.237.550,54

# COMPOSIÇÃO DOS GASTOS OPERACIONAIS DO PAA NO EXERCÍCIO DE 2016

Na análise dos recursos disponibilizados para a operacionalização do PAA, verifica-se que o resultado totalizou apenas 3% do montante.

Na Tabela 11, há o detalhamento das referidas despesas operacionais com recursos do MDSA e SEAD.

Tabela 11 – Demonstrativo das despesas operacionais (MDSA/SEAD)

Código	Natureza de Despesa	MDSA	SEAD	Total
339014	Diárias - Pessoal Civil	243.966,50	39.157,00	283.123,50
339030	Material de Consumo	61.550,66	11.598,97	73.149,63
339033	Passagens e Despesas com Locomoção	84.738,12	18.564,58	103.302,70
339039	Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica	56.512,64	427,97	56.940,61
339047	Obrigações Tributárias e Contributivas	66.044,99	-	66.044,99
449052	Equipamentos e Material Permanente	2.151.241,35	-	2.151.241,35
	Total	2.664.054,26	69.748,52	2.733.802,78

# **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando os dados analisados, percebe-se a relevância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ao alcançar progressivamente os seus objetivos: promoção e incentivo à agricultura familiar com geração de renda; sustentação de preços aos produtos agrícolas; manutenção da biodiversidade; e segurança alimentar e nutricional para populações urbanas e rurais.

Há treze anos, os diversos atores envolvidos com o PAA (governo federal, funcionários, agricultores familiares, associações e cooperativas e unidades recebedoras) estão engajados em construir uma trajetória de sucesso do Programa.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 jul. 2003. Seção 1, p. 1-3.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 set. 2006. Seção 1, p. 1-2.

BRASIL. Decreto nº 6040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 08 fev. 2007. Seção 1, p. 316-317.

BRASIL. Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 jul. 2012. Seção 1, p. 3-6.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos. Resolução nº 72, de 9 de outubro de 2015. Dispõe acerca da destinação dos alimentos adquiridos com recursos do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 out. 2015. Seção 1, p. 60-61. Numeração da Resolução retificada no Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil de 20 out. 2015, Seção 1, p. 50.

GOMES JR., Newton Narciso; ANDRADE, Érica Ramos. Uma discussão sobre a contribuição das mulheres na disputa por soberania alimentar. Porto Alegre: **Revista Textos & Contextos**, v.12, n.2, p.392-402, jul/dez., 2013.





